



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCURADORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 32/2014 ó PGMPJTC

Natal/RN, 26 de junho de 2014.

**O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 178<sup>1</sup>, de 11 de outubro de 2000, e em cumprimento ao disposto no art. 153, *caput*, do Regimento Interno do TCE/RN ó Resolução nº 09/2012-TCE<sup>2</sup>, e

**CONSIDERANDO** a norma contida no art. 1º da Portaria n.º 38/2013 ó PGMPJTC, de 29 de novembro de 2013, e no art. 2º, § 4, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, que determina que *o Ministério Público, de posse de informações previstas nos artigos 6º e 7º da Lei nº 7.347/85 que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório*;

**CONSIDERANDO** a edição da Resolução nº. 211/2014 ó PGJ, que disciplina as condições de concessão de auxílio moradia aos membros do Ministério Público Estadual;

**CONSIDERANDO** que tal fato pode ensejar a atuação do controle externo exercido por esta Corte de Contas;

**CONSIDERANDO** o indeferimento do pedido de liminar nos autos do Mandado de Segurança nº. 2014.010761-3, impetrado pela AMPERN (Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte), requerendo a suspensão dos efeitos do art. 4º, inciso I, da Resolução supramencionada, para determinar que o Procurador Geral de Justiça se abstenha de negar os requerimentos de pagamento de auxílio moradia a qualquer associado da AMPERN com base, exclusivamente, na restrição imposta pela Resolução, desde que o associado esteja devidamente autorizado a residir fora da comarca de sua lotação;

<sup>1</sup> Lei Complementar nº 178/2000. Art. 9º Compete ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal: (...) II ó expedir e fazer publicar os atos da administração interna do Ministério Público junto ao Tribunal, resoluções e demais atos aprovados pelo Conselho Superior;

<sup>2</sup> Resolução nº 09/2012. Art. 153. O Ministério Público junto ao Tribunal tem sua organização, competência e funcionamento estabelecidos em lei complementar, de acordo com os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional e os direitos, vedações e forma de investidura relativos ao Ministério Público, nos termos da Constituição Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCURADORIA-GERAL**

---

**CONSIDERANDO** a abertura de Inquérito Civil através da Portaria nº. 112/2014, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 6 de junho de 2014, pelos 22º, 44º, 46º e 60º Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, em decorrência de possível irregularidade da concessão do auxílio moradia aos membros do *Parquet* Estadual;

**CONSIDERANDO** a ausência de publicação dos instrumentos de planejamento orçamentários e financeiros em anexo a Resolução acima citada, com o objetivo de comprovar a adequação da nova despesa aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no que tange ao impacto financeiro-orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e à declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, conforme determina o art. 16 da citada Lei de Responsabilidade Fiscal;

**CONSIDERANDO** a relevância dos fatos noticiados e a necessidade de se buscar informações complementares, visando ao levantamento de documentos de maneira completa e detalhada;

**CONSIDERANDO** as prerrogativas institucionais outorgadas ao Ministério Público de Contas pela Lei Complementar nº 178/00, artigo 3º, I e II, e ainda pelo artigo 81, V, da Lei Complementar nº 464/2012;

**RESOLVE:**

**INSTAURAR** o presente Procedimento Preparatório, a fim de apurar os fatos noticiados, determinando, inicialmente, o registro, a autuação e a publicação da presente portaria, com a posterior **DISTRIBUIÇÃO** do procedimento preparatório à Procuradoria-Geral, para adoção das providências que o caso requer.

Registre-se. Autue-se. Publique-se. Cumpra-se.

**Luciano Silva Costa Ramos**  
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas